



JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA COM REJUNTAMENTO EM DIVERSOS DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE, CONFORME PROJETO EM ANEXO.

RECORRENTE: CAUIPE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.742.263/0001-15, com endereço na Av. Santos Dumont, nº 6740, complemento s 1310 e 1311 t b, bairro/distrito Coco, no município de Fortaleza/CE, CEP 60.192-022.

1. DAS INFORMAÇÕES

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA vem emitir posicionamento a respeito de Recurso Administrativo, com fulcro no Art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93.

2. DOS FATOS

Chegou ao conhecimento da comissão de licitação de Granja, no dia 19 de janeiro de 2024, o Recurso Administrativo da empresa CAUIPE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, que logo demonstrou estar tempestivo por ter sido encaminhado dentro do prazo recursal.

Conforme descrito na Ata de Julgamento dos Documentos de Habilitação, houve o apontamento de uma falha técnica que inviabilizou a passagem desta empresa para a etapa seguinte de análise de propostas, sendo os motivos descritos abaixo:

CAUIPE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 07.742.263/0001-15: A EMPRESA POR DESCUMPRIR O ITEM: 3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – EMPRESA DESCUMPRIU TODO O ITEM, NÃO ATENDEU A QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA EM NENHUMA PARCELA DE RELEVÂNCIA DO PROCESSO;

Todavia, com o fim de ter a sua situação de inabilitação revertida, a recorrente apontou que havia apresentado devidamente a documentação necessária para o atendimento de todos os requisitos de qualificação técnica de relevância com a





apresentação de todas as CAT's apresentadas, que totalizariam um quantitativo métrico até superior ao valor mínimo exigido, não considerando justa, portanto, a sua inabilitação.

Deste modo, considerando o assunto técnico envolvido na matéria recursal, encaminhamos o recurso em comento ao setor técnico competente desta prefeitura para análise e elaboração de parecer técnico conclusivo sobre o caso questionado, com fim de fundamentar a decisão a ser proferida a seguir, após o seu retorno à comissão de licitação deste município.

3. DO MÉRITO

Com o retorno do recurso em comento, seguido de parecer técnico conclusivo, acostado em anexo, temos a dizer que em segunda vista dos autos, conclui-se que permanece insuficiente o quantitativo métrico demonstrado pela empresa recorrente para atendimento do requisito de relevância 4 – pavimentação em pedra tosca com rejuntamento, conforme dito em parecer, cujo texto transcreve-se abaixo.

SEGUE PARECER TECNICO EM ANEXO

Além disso, reforça-se no parecer que os serviços demonstrados nas CAT's da recorrente, para fins de habilitação por qualificação técnica, nesse certame, não são passíveis de atendimento por similaridade por guardarem complexidades diferentes.

Por fim, sabendo que a recorrente não foi capaz de demonstrar o atendimento integral de todos os itens de relevância exigidos no edital, tal fato implica diretamente na sua inabilitação neste certame, em respeito ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, previsto nos art. 3º e 41 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (negrito)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (negrito)

Portanto, sendo constatado que a recorrente não demonstrou satisfatoriamente o serviço que corresponde ao item de relevância exigido, restou-se este desatendido, sendo, em consequência disso, devidamente inabilitada.





4. DA DECISÃO

Assim, a luz dos enunciados acima e com base nos princípios norteadores da atividade pública, recebemos o presente Recurso Administrativo da empresa **CAUIPE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 07.742.263/0001-15, reconhecendo-o como **TEMPESTIVO**, para no mérito decidir pelo seu **IMPROVIMENTO**, permanecendo, portanto, o não atendimento integral do critério de qualificação técnico, pelos motivos já elencados nesta peça.

Todavia, em atendimento ao direito do duplo grau administrativo, fundamentado no art. 109, §4º, da Lei 8.666/93, remetemos o recurso ora analisado, junto desta peça e do parecer técnico de engenharia, para apreciação do mérito também pelo superior hierárquico imediato, representado, neste caso, pelo ordenador de despesas da **Secretaria de infraestrutura** no município, Sr. **Adriano Frota Teixeira**.

S.M.J.

Esta é a decisão.

GRANJA(CE), 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

William Rocha Costa

WILLIAM ROCHA COSTA

Presidente da Comissão de Licitação do Município de Granja-CE